

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.226 - PR (2019/0344283-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANA
ADVOGADO : WANDERLÚCIO DOS SANTOS LEITE - PR038472
RECORRIDO : MARCELO JOSE BERTO CALIXTO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. CARTA DE CITAÇÃO. REMESSA.

Pode o juiz estabelecer que o conselho de fiscalização profissional, como exequente, providencie ele próprio, às suas expensas, o envio ao executado da carta de citação que for lavrada pela Secretaria" (fls. 35e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta a existência de dissídio jurisprudencial sustentando que:

"o referido acórdão colide frontalmente com o entendimento pacificado pelo C. STJ em sede de Recursos Repetitivos no REsp nº 1.107543/SP, tese essa repetida no REsp nº 1813967, de relato do Exmo. Min. Herman Benjamin, que restou assim ementado, conforme extraído do site do STJ (www.stj.jus.br):

(...)

Vale citar o seguinte trecho esclarecedor do voto de lavra do Exmo. Min. Herman Benjamin:

(...)

Entretanto, no acórdão enfrentado (TRF da 4ª Região), fora proferida interpretação divergente dessa Corte Superior, assim decidindo o Exmo. Des. Federal ROGER RAUPP RIOS, no voto condutor:

(...)

Portanto, fazendo o cotejo analítico de ambos os julgados, tem-se como sedimentado pelo STJ que a despesa para citação postal está

inclusa no conceito de custas processuais. Logo, se recolhidas, deve haver o prosseguimento do executivo fiscal.

No recente Recurso Especial nº 1.830.325/RS, manejado pelo CRC-RS e julgado em 10 de setembro de 2019, assim restou ementado o acórdão (extraído do site www.stj.jus.br), refutando por completa decisão idêntica do eg. Tribunal a quo:

(...)

Assim, pela elucidativa ementa, a qual reproduz quase por completo o voto do d. Min. Herman Benjamin, não há dúvidas de que não cabe ao Agravante o custeio das despesas postais das cartas expedidas na execução fiscal, bem como, demais diligência para o envelopamento e envio, uma vez que o CPC/15 (art. 152, inciso II) é preciso quanto às atribuições do escrivão/ secretário.

Assim, tem-se como demonstrado o cabimento do presente recurso, uma vez que o acórdão recorrido trouxe, de forma cristalina, interpretação divergente à do C. STJ no REsp.

Ademais, cita-se, a seguir, outros julgados dessa Colenda Corte Superior (extraídos do site www.stj.jus.br), que demonstram o pleno descompasso do acórdão recorrido:

(...)

No caso do Recorrente, Conselho de Fiscalização Profissional, reconhecido pelo C. STF como autarquia federal (ADIn 1717/DF), o seu regime de custas relativo às execuções fiscais está previsto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.289/96, sem isenção, mediante recolhimento prévio.

Sob esse contexto, uma vez recolhidas as custas iniciais, não há que se impor qualquer outra condição obstativa à realização da citação ou até mesmo os demais atos do processo.

Mesmo na hipótese de se considerar as despesas postais como sem correlação com as custas processuais, o CPC/2015 garante ao Recorrente, como Fazenda Pública (cfme. Repetitivo REsp 1.330.473/SP), o pagamento ao final, senão vejamos o contido no seu art. 91:

(...)

Ademais, tal exigência criada pelo Tribunal de origem fere frontalmente a Lei nº 4.320/69, pois não há orçamento prévio por parte do Recorrente para o custeio da referida despesa" (fls. 45/49e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial interposto.

Sem contrarrazões, o Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem

(fl. 67e).

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de agravo de instrumento interposto por conselho de fiscalização profissional contra decisão que determinou ao exequente a impressão e envio da carta de citação, bem como a juntada aos autos do AR cumprido.

O Tribunal de origem negou provimento ao Agravo de Instrumento.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Com efeito, constata-se que o Tribunal **a quo** adotou entendimento dissonante da orientação firmada por esta Corte, segundo a qual, a Fazenda Pública, em sede de execução fiscal, está desobrigada de recolher antecipadamente as custas necessárias à citação, as quais serão recolhidas, ao final, pelo vencido, conforme preconiza os artigos 27 e 39 da Lei 6.830/80.

A propósito, confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PROCEDIMENTO CITATÓRIO. RESPONSABILIDADE DA SERVENTIA JUDICIÁRIA. ART. 152, II, DO CPC. RECOLHIMENTO DE CUSTAS PARA ATO CITATÓRIO. DISPENSADO RECOLHIMENTO PARA FAZENDA PÚBLICA. MATÉRIA DISCUTIDA PELO RITO DOS REPETITIVOS.

1. Cinge-se a controvérsia em saber quem deve efetivar o procedimento de citação, uma vez que as despesas de serviços postais não estariam inclusas nos valores iniciais das custas judiciais da Execução Fiscal.

2. A Primeira Seção do STJ, ao apreciar o REsp 1.107.543/SP e o Resp 1.144.687/RS, ambos submetidos à sistemática prevista no art. 543-C do CPC/1973, pacificou o entendimento no sentido de que a Fazenda Pública, em Execução Fiscal, está dispensada do recolhimento antecipado das custas para a realização do ato citatório, as quais serão recolhidas, ao final, pelo vencido, nos termos dos arts. 27 e 39 da Lei 6.830/80.

3. O art. 152, II, do CPC/2015, que está evidentemente acima de regimentos e leis estaduais na hierarquia normativa, é inequívoco ao salientar que incumbe ao escrivão ou chefe de secretaria: "II - efetivar as ordens judiciais, realizar citações e intimações, bem como praticar todos os demais atos que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária".

4. A parte, por não integrar o Judiciário, não possui competência legal, nem ingerência administrativa na serventia judicial para expedir, por ela própria, as cartas precatórias e/ou de citação.

Precedentes: REsp 1282776/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell

Marques, Segunda Turma, DJe 14/02/2012; AgRg no REsp 1483350/MG, Rel.

Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 26/11/2014.

5. Recurso Especial provido.

(REsp 1830325/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 11/10/2019)"

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DESPESAS POSTAIS DE CITAÇÃO. PRÉVIO PAGAMENTO. INEXIGIBILIDADE. ESPECIAL EFICÁCIA VINCULATIVA DOS ACÓRDÃOS PROFERIDOS NO RESP 1.107.543/SP E NO RESP 1.144.687/RS.

1. A Primeira Seção/STJ, ao apreciar o REsp 1.107.543/SP (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 26.4.2010) e o REsp 1.144.687/RS (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 21.5.2010) ambos submetidos à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, pacificou o entendimento no sentido de que, a Fazenda Pública, em sede de execução fiscal, está dispensada do recolhimento antecipado das custas para a realização do ato citatório, as quais serão recolhidas, ao final, pelo vencido, nos termos dos arts. 27 e 39 da Lei 6.830/80.

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.483.350/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/11/2014).

"PROCESSO CIVIL - TRIBUTÁRIO - RECLAMAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL - ANTECIPAÇÃO DO RECOLHIMENTO DE DESPESAS COM ATO CITATÓRIO - ENTENDIMENTO DA CGJ/MG - ESFERA ADMINISTRATIVA - SUBMISSÃO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ - RESP 1.017.543/SP - ART. 543-C DO CPC - ARTS. 27 DO CPC E 39 DA LEF.

1. A Fazenda Pública, nas execuções fiscais, está dispensada do recolhimento antecipado das custas com a realização do ato citatório, que serão recolhidas, ao final, pelo sucumbente, nos termos dos arts. 27 do CPC e 39 da Lei 6.830/80.

2. Tese firmada no REsp 1.107.543/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 24/03/2010, DJe 26/04/2010, julgado segundo o procedimento do art. 543-C do CPC.

3. Entendimento proferido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ/MG, em procedimento de consulta, por

Superior Tribunal de Justiça

ostentar natureza administrativa, não prevalece frente à jurisprudência sedimentada do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento representativo de controvérsia.

4. Reclamação provida para cassar a decisão impugnada e determinar a observância da tese fixada no RESp 1107543/SP pelo juízo reclamado" (STJ, Rcl 10.252/MG, 1ª Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 17.4.2013).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, a fim de reconhecer que o recorrente está desobrigado de recolher, antecipadamente, as custas necessárias à citação, as quais serão recolhidas, ao final, pelo vencido.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora